



PARECER PRÉVIO Nº 30/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 10945/2019.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Boca do Acre.
- 4- **Exercício:** 2018.
- 5- **Responsável:** Jose Maria Silva da Cruz (Prefeito Municipal).
- 6- **Advogado:** Juarez Frazao Rodrigues Junior - OAB/AM 5.851.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI e DICOP
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 4541/2020-DMP, Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Boca do Acre. Exercício de 2018.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a aprovação com ressalvas das contas anuais.

10- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art. 127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

- 10.1. **Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a aprovação com ressalvas** das contas do **Sr. Jose Maria Silva da Cruz** responsável pela prefeitura de Boca do Acre, no exercício de 2018, nos termos do art. 1º, I, e do art. 58, alínea “b”, da Lei n.º 2.423/96, c/c o art. 11, II, da Resolução TCE/AM n.º 04/2002, conforme exposto na fundamentação do Relatório/Voto.
- 10.2. **Oficiar** a Câmara Municipal de Boca do Acre para que cumpra o disposto no art. 127, §§ 5º, 6º e 7º da CE/AM, em especial quanto ao **prazo de 60 dias** para julgar as contas do então prefeito, a contar da data da publicação no DOE deste Parecer Prévio

- 11- **Ata:** 40ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
- 12- **Data da Sessão:** 3 de Dezembro de 2020.



PARECER PRÉVIO Nº 30/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).
- 14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro Relator

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Conselheiro-Convocado

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral



ACÓRDÃO Nº 30/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 30/2020 – TCE – Tribunal Pleno)

- 1- **Processo TCE - AM nº 10945/2019.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Boca do Acre.
- 4- **Exercício:** 2018.
- 5- **Responsável:** Jose Maria Silva da Cruz (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Juarez Frazao Rodrigues Junior - OAB/AM 5.851.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI e DICOP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 4541/2020-DMP, Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Boca do Acre. Exercício de 2018.

Ofício. Regularidade com ressalvas. Multa. Recomendação. Determinação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas do **Sr. Jose Maria Silva da Cruz**, responsável pela Prefeitura Municipal de Boca do Acre, no curso do exercício de 2018, na competência atribuída pelo art. 11, inc. III, alínea “a”, item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM c/c os termos do art. 22, II, da Lei nº 2423/96;

10.2. Aplicar Multa no valor de **R\$1.706,80**, por cada mês de atraso no envio dos demonstrativos contábeis, ao Prefeito e Ordenador de Despesas, referente ao exercício de 2018, **Sr. Jose Maria Silva da Cruz**, totalizando o montante de **R\$ 18.774,80** (dezoito mil, setecentos e setenta e quatro reais e oitenta centavos) e **fixar prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”, em razão do atraso no envio dos demonstrativos contábeis, referentes aos meses de janeiro, fevereiro, março, abril, maio, junho, julho, agosto, setembro, novembro e dezembro, conforme item 4 da



ACÓRDÃO Nº 30/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 30/2020 – TCE – Tribunal Pleno)

fundamentação do Relatório/Voto, nos termos do art. 54, I, “a”, da Lei n.º 2423/96 (LOTCE/AM), alterada pela Lei Complementar n.º 204/2020 e do art. 308, I, “a” da Resolução n.º 04/2002 - TCE/AM, com redação dada pela Resolução n.º 4/2018 – TCE/AM.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

10.3. Aplicar Multa no valor de **R\$1.706,80**, por cada bimestre de atraso no envio do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), ao Prefeito e Ordenador de Despesas do Município de Boca do Acre, referente ao exercício de 2018, **Sr. Jose Maria Silva da Cruz**, totalizando o montante de **R\$ 8.534,00** (oito mil, quinhentos e trinta e quatro reais), e **fixar prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”, conforme especificado no item 13.1 da fundamentação do Relatório/Voto, nos termos do art. 54, I, “b” da Lei n.º 2423/96, alterado pela LC n.º 204/2020, c/c art. 308, I, “b” da Resolução n.º 04/2002 – TCE/AM, com redação dada pela Resolução n.º 04/2018 – TCE/AM.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas -



ACÓRDÃO Nº 30/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 30/2020 – TCE – Tribunal Pleno)

IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

10.4. Aplicar Multa no valor total de **R\$ 1.706,80** (um mil , setecentos e seis reais e oitenta centavos), por cada semestre de atraso no envio dos Relatórios de Gestão Fiscal ao Prefeito e Ordenador de Despesas do Município de Boca do Acre, referente ao exercício de 2018, Sr. Jose Maria Silva da Cruz, totalizando o valor de **R\$ 3.413,60** (três mil, quatrocentos e treze reais e sessenta centavos) e **fixar prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”, conforme especificado no item 13.3, da fundamentação do Relatório/Voto, nos termos do art. 54, I, “c” da Lei n.º 2423/96, alterado pela LC n.º 204/2020, c/c art. 308, I, “c” da Resolução n.º 04/2002 – TCE/AM, redação dada pela Resolução n.º 04/2018 – TCE/AM. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

10.5. Aplicar Multa ao Prefeito e Ordenador de Despesas do Município de Boca do Acre, referente ao exercício de 2018, **Sr. Jose Maria Silva da Cruz** no valor de **R\$ 13.654,39** (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos) e **fixar prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da multa, mencionado no item 7, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”, pelos atos praticados com grave infração às normas legais, conforme especificado nos itens 3, 5, 6, 7, 8, 9, 12, 13.2, 13.4, 13.5, 15 (“a”, “b” e c), 16, 17, 23, da fundamentação do Relatório/Voto, nos termos do art. 54, VI, da Lei n.º 2.423/96 (LOTCE/AM), alterada pela



ACÓRDÃO Nº 30/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 30/2020 – TCE – Tribunal Pleno)

Lei Complementar n.º 204/2020, c/c o art. 308, VI, da Resolução n.º 04/2002 - TCE/AM, com redação dada pela Resolução n.º 04/18 - TCE/AM. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

10.6. Recomendar ao Prefeitura Municipal de Boca do Acre, sob pena de aplicação de multa em caso de reincidência nos mesmos atos que:

10.7.1. Atente ao correto repasse dos bens móveis e imóveis, em cumprimento dos arts. 94 e 96 da Lei 4.320/64 (item 14);

10.7.2. Adote o adequado controle de estoque de materiais, em cumprimento do art.37, da Constituição Federal e arts. 94, 95, 96 da lei 4.320/64 (item 15);

10.7.3. Observe quanto a definição das unidades e quantidades a serem adquiridas em função do consumo e utilização prováveis, esclarecendo a metodologia e/ou técnica quantitativa da estimação, relacionados as Atas de Registro de preços (item 18);

10.7.4. Observe e cumpra as determinações dos arts. 94 e 96 da Lei 4.320/64, quanto ao controle dos Bens do Ativo Imobilizado (item 20);

10.7.5. Oferte suporte ao Conselho Fiscal do FUNDEB para que realize sua função nos termos dos dispositivos legais (item 24);

10.7.6. Adote a constante atualização dos registros de Fichas Funcionais e Financeiras dos servidores da Prefeitura em comento (item 27).

10.7. Determinar à próxima Comissão de Inspeção Ordinária que verifique o cumprimento das recomendações pertinentes aos itens 14 ("b"), 15 ("a", "b" e "c"), 18, 20 ("b" e "c"), 24 e 27 do Relatório/Voto.



ACÓRDÃO Nº 30/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 30/2020 – TCE – Tribunal Pleno)

- 11- **Ata:** 40ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
12- **Data da Sessão:** 3 de Dezembro de 2020.
13- **Especificação do quorum:** Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).
14- **Representante do Ministério Público:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral